

# Diversificação das Fontes de Gás Natural da União Europeia: o Caso de Cabo Delgado, Moçambique

Jorge Garrido

*Doutorando em Estudos Culturais da Universidade do Minho. Licenciado em Geografia e Planeamento e mestre em Geografia, com especialização em Planeamento e Gestão do Território, pela Universidade do Minho.*

## Resumo

Este trabalho reflete sobre a diversificação das fontes de gás natural da União Europeia, através do caso concreto da província de Cabo Delgado, em Moçambique. Analisa-se a viabilidade dessa alternativa, comparando-a com outras fontes de gás natural da União Europeia.

**Palavras-chave:** Cabo Delgado; Diversificação; Gás Natural; Moçambique; União Europeia.

## Abstract

*Diversification of the European Union's Natural Gas Sources: The Case of Cabo Delgado, Mozambique*

*This work seeks to discuss the diversification of natural gas sources in the European Union, through the specific case of the province of Cabo Delgado, in Mozambique. The viability of this alternative is analysed, comparing it with other natural gas sources in the European Union.*

**Keywords:** Cape Delgado; Diversification; European Union; Mozambique; Natural Gas.

Artigo recebido: 28.05.2023

Aprovado: 24.04.2024

<https://doi.org/10.47906/ND2024.167.04>

## Introdução

No livro *Connectography: Mapping The Global Network Revolution*, Parag Khanna (2016) cartografou o mundo das infraestruturas globais, nas quais se incluem as energéticas. Segundo Khanna, a cartografia das fronteiras territoriais é cada vez mais problemática, especialmente quando se pretende entender a paisagem contemporânea da política global. Os mapas “antigos” não oferecem mais do que “ilusões cartográficas” de um sistema internacional estabelecido, ocultando os processos dinâmicos e as infraestruturas materiais transnacionais que conectam o globo de formas inesperadas. A proliferação da conectividade transfronteiriça, entre pessoas, empresas, cidades e nações, está a remodelar o mundo para sempre; e as técnicas usadas para representar padrões de desenvolvimento material, que refletem os ritmos pulsantes da demografia, economia, ecologia e engenharia, estão a transformar o sistema internacional.

Neste texto, exploramos a necessidade que a União Europeia (UE) tem, fruto da (des)connectography com a Federação Russa, em proceder à (re)connectography com outras geografias ricas em gás natural, diversificando as suas fontes e dissipando a sua dependência por mais países, diminuindo a sua insegurança energética face ao exterior.

Embora sejam abordadas outras geografias alternativas ao gás russo, neste texto especificamos a análise em torno da província moçambicana de Cabo Delgado.

Localizada na costa oriental africana, a cerca de 7.000 km do canal do Suez e a 10 dias do porto de Pireu, na Grécia, a província setentrional moçambicana de Cabo Delgado possui jazidas de gás natural de dimensão considerável. No entanto, em Cabo Delgado, instalou-se um clima de instabilidade e insegurança: nos últimos anos, grupos armados de extremistas islâmicos têm perpetrado ataques violentos, inclusivamente em Pemba, a capital da província, o que levou a multinacional energética francesa TOTAL a interromper as suas operações no terreno.

Entretanto, na Europa, por causa do agravamento da guerra na Ucrânia, a UE tem em curso um plano para acabar, de forma faseada, até 2027, com o fluxo de gás vindo da Rússia, geografia da qual a união era dependente em cerca de 45% antes da guerra (155bmc, em 2021), sendo inclusivamente o maior importador de gás natural a nível mundial.

Ora, se por um lado, a UE precisa de aumentar e diversificar as suas fontes de gás natural, por outro lado, Moçambique quer estabilizar Cabo Delgado, de modo a garantir as condições de normalidade e segurança necessárias à exploração dos seus recursos. Fica assim implícita uma situação da qual os dois lados poderão beneficiar, se cooperarem.

Mas será que ambos pretendem a democratização de Moçambique?

Partindo da perspectiva eurocêntrica, a democracia liberal é o sistema que melhor integra todo o *apparatus* subjacente à indústria do gás natural, e a melhor forma de integração das regiões do denominado Sul Global nas engrenagens da “máquina” do comércio e da economia internacionais, características do mundo globalizado.

Mas seria contraproducente permutar de uma fonte de gás autoritária e ditatorial, para outra cuja democracia ainda é frágil. A UE podia, porventura, aproveitar a oportunidade conferida pela atual conjuntura para romper com o paradigma dos combustíveis fósseis e investir em tecnologias e inovações da indústria energética, ao nível dos renováveis, do hidrogénio verde e da fusão nuclear; utilizando esse novo paradigma para suprimir a sua crónica dependência energética face ao exterior, reindustrializando-se e respondendo à crise das alterações climáticas, servindo de exemplo aos restantes atores globais. Seja como for, negociar com a UE sobre a exploração e transação de recursos implicaria, certamente, a consideração pelas idiosincrasias das democracias liberais ocidentais como, por exemplo, o respeito pelos direitos humanos, os direitos dos trabalhadores, as comunidades afetadas pelo projeto, as práticas mais responsáveis e amigas do ambiente, entre outras. Perante tal conjuntura, Maputo poderia encontrar outros atores que, em simultâneo, garantissem a estabilização de Cabo Delgado e a exploração do gás e de outros recursos existentes na província, sem nunca exigir a democratização do Estado moçambicano, avanços nesse sentido ou outras condicionantes negociais que a UE costuma exigir neste tipo de contextos.

Assim, perguntamos. Será a alternativa moçambicana viável? Não existem outras fontes de gás natural que, por estarem mais próximas da UE e serem politicamente mais estáveis e democraticamente mais maduras, apresentem vantagens comparativas face a Cabo Delgado? Não existem, para lá de Moçambique, outros territórios mais bem capacitados, no que diz respeito ao nível das infraestruturas já existentes para a exploração do gás natural? A própria infraestrutura de gás da UE estará preparada para receber os novos fornecimentos a tempo de substituir o gás russo? Quando estarão concluídos os novos terminais de GNL? Poderá a UE abdicar da máxima diversificação possível ao nível energético? As energias renováveis, o hidrogénio verde, a fissão e a fusão nucleares podem ser alternativas?

É com estas e outras questões em mente que avançamos para a concretização do presente texto. Numa primeira parte, de modo a enquadrar e contextualizar, começamos por abordar temas como a questão energética, a geopolítica dos recursos energéticos, especificando a análise em torno do gás natural, e, por fim, o conceito de segurança energética. Numa segunda parte, focamo-nos no tema em concreto, isto é, a dependência energética da UE, o processo de substituição da Federação Russa como fonte de gás natural e a (re)connectography da UE com outras geografias, nomeadamente, Cabo Delgado, em Moçambique.

## A Questão da Energia

Quando o *Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994*, apresentado pelo PNUD, definiu a universalidade, a interdependência, a prevenção e o centro no indivíduo como as quatro características essenciais da segurança humana, abriu o caminho para a ligação entre segurança e desenvolvimento (Serra, 2021).

A energia, e a sua produção e consumo, está, também, profundamente relacionada com o desenvolvimento da Humanidade (Sousa, 2019), porque “tal como o ser humano, que não pode viver sem assimilar energia, também as sociedades humanas têm de assegurar um fluxo permanente de recursos energéticos para subsistir e desenvolver-se” (Duarte, 2019, p. 11).

Entendida como fluxo (Duarte, 2019), a energia é, simultaneamente, um “elemento vital” e um “desafio” (Fernandes, 2019, p. 93). Tal como Duarte (2019, p. 12) refere:

“a base é a energia, a dimensão vital, sem a qual, as sociedades arriscam a submergir na anemia – ou paradoxalmente, a ser atiradas para o abismo – e nesse sentido, a energia, enquanto debilidade ou exponenciação, é uma vulnerabilidade existencial, porquanto a energia é fundamento da sustentabilidade social”.

Ela “determina se nossas luzes se acendem ou se apagam, se nossa agricultura e indústria avançam ou retrocedem, se nossas casas e escritórios serão habitáveis – e, de facto, se podemos ou não nos defender” (Hamilton, 2005, p. xxi).

Neste sentido, a energia adquire uma dimensão estratégica, exigindo, portanto, “uma resposta que colmate as debilidades e potencia as virtualidades que asseguram o abastecimento ininterrupto dos recursos energéticos para que qualquer coletividade possa progredir” (Fernandes, 2019, p. 73).

A conjugação dos fenómenos da dependência das sociedades modernas face aos combustíveis fósseis, resultantes do desenvolvimento industrial, tornaram a questão energética numa questão securitária (Duarte, 2019).

Desencadeado pela Guerra de Yom Kippur, o choque petrolífero de 1973 obrigou ao repensar da economia da energia (Rato, 2022). Por ter sido um dos primeiros períodos de insegurança de abastecimento para o Ocidente, a crise energética de 1973 é uma referência. Os países consumidores de energia viram-se confrontados com a descontinuidade do fluxo e a simultânea subida dos preços (Fernandes, 2019), o que expôs a sua vulnerabilidade energética, resultante da dependência das importações, “muitas vezes de um só fornecedor” (Fernandes, 2019, p. 75).

Consequentemente, “as primeiras estratégias para proteger e mitigar os efeitos negativos de possíveis interrupções do aprovisionamento energético através da cooperação energética entre Estados consumidores” (Fernandes, 2019, p. 75) foram instituídas após a crise energética de 1973. Por exemplo, a França, ciente da sua dependência

face aos combustíveis fósseis e dos riscos que isso tinha para a sua economia, decidiu, a partir de 1974, enveredar por um caminho que incluía (e ainda inclui) a aposta no seu programa de energia de fissão nuclear: o Plano Messmer.

A partir da década de 1980, recuperada que estava a estabilidade dos fornecimentos, fomentou-se a globalização e a integração das cadeias globais, permitindo o desenvolvimento de uma economia mundial aberta e interdependente. A queda do bloco comunista soviético, na década de 1990, fortaleceu e potenciou ainda mais o quadro de desenvolvimento supracitado. Desde então, incentivou-se “a cooperação energética com Moscovo, porque os países Ocidentais, e a Alemanha em particular, acreditam que a interdependência comercial contribuía para a democratização da Rússia e – dizia-se – gerava a paz, porque tornava os custos da guerra demasiado elevados” (Rato, 2022, p. 2).

### **A Geopolítica dos Recursos Energéticos**

Como vimos, o acesso à energia tem sido uma preocupação constante ao longo da história e atualmente, principalmente na UE, assume-se como uma inquietação acrescida. De facto, nenhum setor social e do Estado pode alhear-se da questão energética, pois é “estratégica para a segurança e defesa nacional dos Estados”; e planos que regulem a proteção e segurança de infraestruturas críticas, reduzindo a vulnerabilidade energética, são imperativos (Sousa, 2019, pp. 104-105).

Paralelamente, “a geopolitização da energia e a sua leitura securitária têm trazido novos desafios à gestão da relação energética” (Freire, 2019, p. 50).

Para isso contribui o facto da localização geográfica dos recursos energéticos, por não estar distribuída de forma homogénea pela superfície terrestre, não coincidir com a geografia da população nem do consumo, tornando os recursos energéticos um “vetor politizável” (Rodrigues, 2019, p. 150).

Podemos dizer que o mundo se dividiu, de um modo geral, de forma bipartida. De um lado, temos as geografias consumidoras, cujo objetivo é adquirir da forma mais fluida, estável e barata possível recursos energéticos. Do outro lado, temos as geografias produtoras de energia, cujo interesse é vender tais recursos ao preço mais competitivo possível e sem contrapartidas, como, por exemplo, avanços ao nível da democratização do Estado. Para Duarte (2019, p. 42), esta conjuntura traduz-se e materializa-se em “vulnerabilidades mútuas” para ambos os lados.

Consequentemente, será a partir de cenários geopolíticos variáveis que “uma batalha surda pelo controlo dos espaços energéticos decisivos, com implicações diretas na segurança e defesa regional” (Sousa, 2019, p. 102) é travada. Neste sentido, em 2015, Silva e Rodrigues (p. 11) alertavam para o facto de que “a tensão causada pela assimetria entre a geografia do consumo e a dos recursos energéticos continuará a

existir e corre o risco de passar de geoeconómica a geopolítica, gerando tensões ou mesmo conflitos com vista à sua posse”. Dito de outra forma, “a estrategização da energia é uma resultante da dependência que desta têm as sociedades modernas, originando-se assim uma vulnerabilidade basilar” (Duarte, 2019, p. 10).

A dinâmica dos recursos energéticos, a sua exploração e controlo, o comércio e a gestão dos espaços onde eles existem exigem aos principais atores globais um estado de controlo permanente e, simultaneamente, uma atitude de complexa coordenação com as múltiplas e, por vezes, dissonantes iniciativas uns dos outros, sejam eles aliados, parceiros, concorrentes ou adversários (Sousa, 2019).

Assim, e de acordo com Sousa (2019, p. 103), o espaço energético global pode ser concetualizado como:

“elemento estruturante da política mundial, onde os Estados individualmente e na sua relação com os outros Estados, as organizações internacionais e os principais agentes económicos e industriais envolvidos, interagem no setor do mercado energético, público ou privado e determinam as suas relações de interesses”.

No entanto, fruto das circunstâncias atuais, já não será possível aquilo que o autor descreveu como “a conceção de um plano energético integrado, a médio e longo prazo (...), que permita a construção das matrizes energéticas”.

A falta de confiança que se gerou, resultante da guerra na Ucrânia, e as consequências que o conflito tem para as relações entre Bruxelas e Moscovo não permitem visualizar um cenário de cooperação em matéria de energias fósseis (Freire, 2019).

Mais, se, em 2019, Freire alertava para o facto de aquilo que alguns autores catalogavam como “casamento de conveniência” (Johnson, 2005) – que se traduzia em dinâmicas de interdependência, materializadas por uma “grelha de gasodutos e oleodutos que as interliga de forma densa” (Freire, 2019, p. 66), exigindo, assim, o mínimo de entendimento entre as partes para permitir o cumprimento dos fornecimentos, bem como dos rendimentos correspondentes – ser “marcado pela incerteza” (Freire, 2019, p. 66), a verdade é que hoje esse “casamento” já não existe em plenitude, especialmente após a destruição do gasoduto *Nord Stream 2* e do encerramento do gasoduto *Nord Stream 1*, os dois principais gasodutos que concretizavam a *connectography* direta entre a Rússia e a Alemanha, através do mar Báltico.

## O Gás Natural

Como facilmente depreendemos do referido na página anterior, o gás natural é um “recurso energético, que mais que qualquer outro, provoca nos dias de hoje e previsivelmente para a próxima década, alterações e amplas movimentações no pensamento geoestratégico das grandes potências” (Sousa, 2019, p. 102). Se já era

verdade quando Sousa, em 2019, o referiu, hoje, com o agravamento da guerra na Ucrânia, isso tornou-se numa certeza. E porque o gás natural “caminha por terra e por mar”, destacando-se o fator estratégico dos gasodutos e a oportunidade do transporte marítimo desencadeada pela criação do GNL, este recurso energético será, certamente, usado com mais frequência como arma, tanto em guerras convencionais como em guerras comerciais, naquilo que podemos designar por *weaponization of LNG* (Sousa, 2019, p. 102).

Assim, Sousa (2019, p. 118) conclui que o gás natural:

- Surge como uma fonte energética de referência no espaço energético global;
- Observando o comportamento da utilização das diferentes energias disponíveis, o gás natural é aquela que se apresenta mais dependente e mais permeável aos jogos e interesses da geopolítica dos Estados, em especial dos mais influentes do sistema internacional;
- Alia as potencialidades técnicas que o integram com algumas vantagens no domínio da matriz energética e com a existência significativa de reservas mundiais provadas, que podem ser utilizadas e geridas diretamente pelas potências regionais e mundiais.

### A Segurança Energética

Na sua definição clássica significa a “capacidade de cada sociedade assegurar um fluxo contínuo de recursos energéticos a custos admissíveis” (IEA/AIE in Duarte, 2019, p. 11). Outros autores definem segurança energética de forma inequívoca, enfatizando a dimensão política, considerando “o fator da independência energética como a capacidade de um país formular e implementar de forma independente uma política livre de interferências e pressões externas e internas” (Žuk e Žuk, 2022, p. 2). Tendo surgido após a crise de 1973, trata-se de um conceito de “formulação relativamente recente e de natureza essencialmente empírica” (Silva e Rodrigues, 2015, pp. 12-13). Em 2010, Felix Ciuta alertava para o facto de que: “A introdução de energia no domínio da segurança provavelmente afetará a maneira como as políticas de energia são adotadas” (in Fernandes, 2019, p. 82). Com efeito, nos dias de hoje, a segurança energética é pensada em termos estratégicos, de modo a garantir que a sociedade se desenvolva e prospere (Duarte, 2019), nomeadamente:

- Energia (A Questão Energética – todos necessitam de energia para prosperar);
- Estratégia (A Geopolítica dos Recursos – relação/interação entre produtor/consumidor);
- Segurança (A Segurança Energética – uma questão de segurança vital).

Por decorrer da articulação entre dinâmicas e tendências económicas, geopolíticas e tecnológicas (Rodrigues e Fernandes, 2019, p. xii), a segurança energética significa

a segurança de todos, dos recursos energéticos, das redes de transporte, das plataformas de produção, dos pontos de distribuição e até dos padrões de consumo, passando ainda pelos campos e jazidas de gás natural, pelo petróleo, pelos gasodutos e oleodutos, pelos postos de gasolina e até pelas próprias residências, incluindo, também, os problemas a tudo isto associados, como o esgotamento dos recursos, o aquecimento global, entre outros (Fernandes, 2019). É, assim, necessário olhar para a multidimensionalidade da segurança energética e incluir toda a cadeia energética (extração, produção, transporte, refinação, distribuição, comercialização) e os fatores exógenos (ciberataques, terrorismo, acidentes, catástrofes naturais) (Rodrigues, 2019, p. 148). Como podemos ver “a multiplicidade de termos que podem integrar o conceito de segurança energética é um espelho da complexidade que envolve este tema” (Duarte, 2019, p. 10).

De facto, Benjamim Sovacool (2011, pp. 3-6) enumerou cerca de 45 definições do conceito que incluíam elementos comuns entre elas, dos quais destacamos: acessibilidade, conexão, disponibilidade, diversificação e segurança.

Para compreendermos melhor o conceito, tomemos como exemplo a crise energética despoletada pela invasão russa da Ucrânia e a *weaponization* do gás natural. A Federação Russa “tornou o gás natural no que a energia renovável costumava ser: não confiável e cara” (Osička e Černoč, 2022, p. 1), colocando em causa a segurança energética europeia, ou seja, a capacidade de obter energia de forma contínua e a custos acessíveis. Atualmente, os cidadãos europeus sentem o aumento do custo de vida, resultante dos preços da energia, dos bens e dos serviços cada vez mais elevados: “aumentos bruscos nos preços da energia e do gás podem causar uma profunda crise social, que pode rapidamente se transformar em crise política” (Žuk e Žuk, 2022, pp. 1-2).

No entanto, se alicerçarmos o contexto atual no conceito de mudança de paradigma de Florian Kern *et al.* (2014), podemos transformar uma crise numa oportunidade. A atual crise energética e “a associação do *slogan* ‘segurança energética’ com a segurança económica e militar dos Estados” não têm de ser, necessariamente, a “reação comum que deixará de lado os desafios das ameaças climáticas” (Žuk e Žuk, 2022, p. 2).

Por outras palavras, os desentendimentos em torno da transição energética e da política climática – em que o *slogan* de “segurança energética” foi instrumentalizado por alguns Estados-membros para negar os objetivos da política climática da UE – podem ser evitados, se os 27 entenderem a atual situação como uma oportunidade. Mais, “se [a união] realmente quer garantir a sua segurança energética, deve focar-se mais em renováveis, e isso deve ser feito imediatamente” (Hosseini, 2022, p. 3). Afinal, a implementação de um “modelo em que a ‘segurança energética’ será mais importante do que a aposta nas energias renováveis será [a longo prazo] mais caro” (Žuk e Žuk, 2022, p. 3), uma vez que, como refere Hosseini (2002, p. 4), “o futuro da energia é renovável”. Assim, esta crise pode acelerar a transição energética europeia,

contribuindo para a descarbonização da sua economia, ao passo que diminuirá a vulnerabilidade energética da UE face à Rússia e aumentará a soberania energética da União, garantindo a independência face aos combustíveis fósseis, através da revitalização e do desenvolvimento da indústria europeia das energias renováveis e de outras alternativas energéticas (fissão e fusão nuclear, hidrogénio verde, etc.). Por fim, se bem gerida, no âmbito de uma securitização energética comunitária, esta crise pode ser entendida, futuramente, como um caso paradigmático de determinação e resiliência conjunta dos Estados-membros da UE.

De acordo com Morena Skalamera (2023), a guerra na Ucrânia coincidiu com tendências preexistentes, produzindo, pelo menos, dois efeitos políticos distintos:

- uma nova compreensão sobre os perigos da interdependência energética; e
- uma mudança na noção de energia limpa como ferramenta de segurança de abastecimento.

Como resultado, a Europa procurou evitar respostas centradas no abastecimento e priorizou a energia limpa doméstica como forma de garantir a sua segurança energética (Skalamera, 2023).

Como forma de conclusão, referir que a energia apenas adquire uma dimensão vital se, de algum modo, as fontes de energia não estiverem disponíveis para serem facilmente apropriadas. Neste sentido, vamos agora especificar a análise sobre a dependência energética da UE.

### **A Dependência Energética da União Europeia**

Como temos vindo a abordar, a energia faz parte da agenda política internacional, sendo essencial para a estabilidade e desenvolvimento económico e para a segurança de um território (Geo4Ger, 2014).

No contexto particular da UE, a questão energética, a geopolítica dos recursos energéticos, em especial do gás natural, e a segurança energética são três desafios complexos, devido (Camacho e Fernandes, 2019):

- à dependência da União face ao exterior no que à importação de recursos energéticos diz respeito;
- à falta de diversidade ao nível das fontes de energia fóssil;
- ao aumento da procura verificado um pouco por todo o mundo, principalmente no mercado asiático;
- aos problemas relacionados com a rede de transmissão de energia.

Em primeiro lugar, a UE é dependente dos recursos energéticos. Mesmo antes do agravamento da guerra na Ucrânia, os 27, principalmente os Estados-membros do Leste, encontravam-se numa posição de vulnerabilidade face ao gás russo. Fruto do atual enquadramento, a UE decidiu eliminar gradualmente as importações de energia russa durante a conferência realizada em Versalhes em março de 2022 (Rato, 2022). Em segundo lugar, a UE é o maior consumidor de energia do mundo, mas não tem recursos energéticos suficientes para si, no seu território. De facto, “a UE é o maior consumidor de energia mundial, mas possui apenas cerca de 1% das reservas naturais de petróleo, 2% de gás natural e 4% de carvão, o que a torna refém da importação para garantir as necessidades de consumo crescente” (Rodrigues, 2019, p. 153). Apesar de se verificarem avanços ao nível da produção de energia primária, principalmente derivada de fontes de energia renováveis, a dependência da União face à importação de energia continua a crescer (Camacho e Fernandes, 2019). Dito de outra forma, o crescimento da produção de energia, nos 27, através de fontes renováveis continua a ser menor do que o crescimento da procura interna por energia: “a produção primária da UE está muito aquém das necessidades de consumo” (Fernandes, 2015, p. 46; Camacho e Rodrigues, 2017, p. 3, *apud* Rodrigues, 2019). Daqui resulta a necessidade de recorrer ao exterior, a recursos energéticos que a UE não possui, levando à dependência e, em última instância, à insegurança energética.

Em terceiro lugar, Moscovo vai procurar diversificar as suas fontes consumidoras dos recursos energéticos que possui em abundância, em mercados asiáticos como a Índia ou a China. Isto trará outra preocupação para a UE, dado que o aumento da procura global e a emergência de novos mercados consumidores vai criar um ambiente de maior concorrência. Ou seja, enquanto que no passado as geografias consumidoras de energia eram poucas, o que fazia com que as geografias produtoras não tivessem muita escolha e vendessem os seus recursos aos poucos consumidores existentes na altura, no contexto atual, pelo contrário, as geografias produtoras podem escolher as geografias consumidoras, não apenas com base em princípios económicos (lei da oferta e da procura), mas com base em interesses políticos próprios, optando por mercados em que o pensamento é semelhante, em relação à forma como o mundo deve estar organizado e ser gerido (nova arquitetura e estrutura internacional). Algo que, a efetivar-se, será caso de grande preocupação para geografias como a UE e, em última instância, o Ocidente alargado.

Em suma, a dependência energética da UE coexiste com a reduzida diversificação das suas fontes de energia, tanto através de mercados externos alternativos, como através da valorização dos seus recursos endógenos, em particular o gás de xisto. No que ao gás natural diz respeito, mais de dois terços (66%) do gás importado para a UE-28 é proveniente de apenas dois países – a Federação Russa (40%) e a Noruega (26%) (Comissão Europeia, 2019). Assim, a UE “debate-se com uma fraqueza estrutural

em termos energéticos, agravada pelos níveis médios de consumo que continua a manter e vê com inquietação as mudanças em curso na Federação Russa, um dos seus principais fornecedores” (Rodrigues, 2019, p. 147).

Em quarto lugar,

“A resposta iniciada tardiamente para aumentar a sua segurança energética teve como ponto alto a criação da União Energética e do Mercado Energético Comum. Mas estas iniciativas têm enfrentado vários obstáculos, resultantes de diferenças nas políticas energéticas nacionais e a falta de uma estratégia comum” (Rodrigues, 2019, p. 155).

Na verdade, a *connectography* do continente europeu revela uma realidade dual. Isto traduz-se numa Europa Central e de Leste dependentes do gás russo (por via de gasodutos) e numa Europa Atlântica também dependente, mas de fontes e tipologias diferentes como, por exemplo, o GNL proveniente do Médio Oriente, do Magreb e da África Ocidental (Rodrigues e Campos, 2017, p. 10). Mesmo durante a guerra na Ucrânia, a falta de unidade de interesses e estratégias energéticas entre os Estados-membros continua a ser um fator presente que condiciona a aplicação da política energética europeia (Camacho e Fernandes, 2019, p. 129). Antes da guerra, o exemplo mais claro disto era a Alemanha e a relação bilateral que tinha com a Rússia, em detrimento de uma política energética comum, através da construção dos *Nord Stream 1* e *2*. No contexto de guerra, um exemplo paradigmático é o mercado ibérico, com Portugal e Espanha a assumirem-se como “ilha energética” no mercado de energia comum.

Agora, os Estados-membros do Leste apontam para a necessidade de uma política energética europeia comum para fortalecer a segurança energética. Para atingir os seus objetivos, a UE está a desenvolver algumas medidas, como (COM, 2014):

- o aumento da produção de energia primária a partir de energias renováveis;
- a diversificação de países e rotas de fornecimento;
- a diversificação do *mix* energético, apostando no consumo de gás e energias renováveis;
- a conclusão do mercado interno da energia e reforço de ligações nas infraestruturas energéticas para responder rapidamente a interrupções no fornecimento;
- a promoção da eficiência energética para alcançar os objetivos para a energia e o clima propostos para 2030.

No entanto, as medidas chocam com os diferentes níveis de dependência, opções políticas e interesses. Em suma, falta de estratégia comum (Rodrigues, 2019). Por causa destes obstáculos, a UE poderá não ter a dinâmica exigida para encarar, de forma assertiva, o mercado internacional da energia e diversificar as suas fontes.

## O Processo de Substituição do Gás Russo: Diversificação e os Seus Desafios

Quando a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, diz que a UE não pode confiar num fornecedor que ameça a estabilidade europeia, admite que a União terá de obter recursos energéticos num quadro de multipolaridade cada vez mais complexo (Rato, 2022).

O panorama geopolítico contemporâneo, que resultou do agravamento da guerra na Ucrânia, pôs a descoberto uma realidade: a vulnerabilidade energética que perdurava há mais de três décadas. Moscovo era responsável pelo fornecimento de cerca de 40% do gás, 25% do petróleo e 42% do carvão a Bruxelas (Sobral, 2022, p. 4). Perante tal conjuntura é cada vez mais frequente a *weaponization* e *politization* do gás natural. Por outro lado, “a necessidade de não alimentar a máquina de guerra russa ou de ficar à mercê de um regime cada vez mais antagónico, obriga a uma aceleração das mudanças em curso” (Sobral, 2022, p. 4).

O plano europeu passa pelo denominado RePowerEU, cujo objetivo principal é reduzir a importação de combustíveis fósseis da Rússia de forma faseada: redução em cerca de 66%, que se verificou até 2022, e redução total até 2027. Mas, porque as suas necessidades energéticas não estão a diminuir, a União terá de encontrar alternativas. Antes de avançarmos, é importante dizer que, no curto prazo, não será possível depender apenas das energias renováveis, pois, embora em crescimento, elas não conseguem acompanhar o crescimento da procura por energia verificado nos últimos anos. Paralelamente, a aposta na energia de fissão nuclear é suscetível de discórdia entre os 27 e a energia de fusão nuclear ainda não tem valor comercial. Assim, fruto da atual posição em que se encontra, o mais plausível será a UE encontrar novas fontes de combustíveis fósseis, nomeadamente de gás natural.

Analisemos, então, de forma breve, algumas dessas hipóteses.

A nível interno, os Países Baixos e a Roménia são os Estados-membros com as maiores reservas de gás, sendo que “Itália, Polónia, Alemanha e Dinamarca têm quantidades residuais” (Rodrigues, 2019, p. 153). Embora estas opções não sejam suficientes, é sobejamente conhecida a predisposição (ou melhor, a falta dela) da generalidade dos europeus para a exploração dos recursos energéticos endógenos do seu próprio continente. Existem preocupações ambientais e sociais que serão sempre tidas em linha de conta, respaldadas por sistemas políticos democráticos bem estabelecidos, e que dificultarão, logo à partida, qualquer projeto energético. Por exemplo, nos Países Baixos, a exploração do gás natural nos campos de Groningen foi suspensa devido, em parte, à pressão exercida pela população da região, que alegou, comprovadamente, que a extração do recurso estava a tornar o subsolo instável e que isso provocava tremores de terra. Do mesmo modo, os processos associados à exploração do gás de xisto – recurso que a Europa tem – encontraram e encontrarão a mesma ou semelhante resistência popular e democrática.

Continuando agora a nível externo, mas nas imediações da UE. A Noruega e o Reino Unido são os países europeus com maiores reservas de gás natural. Logo, poderia pensar-se que seriam alternativas viáveis. Por um lado, e devido ao Brexit, Bruxelas poderia colocar-se numa posição negocial de maior vantagem face a Londres, mas não é plausível que tal aconteça. Por outro lado, no caso norueguês, verifica-se a subcarga das infraestruturas existentes e, portanto, da capacidade de fornecimento. É impossível a Noruega vender mais gás natural à UE com a atual *connectography* existente no mar do Norte. Outro aspeto particular do caso norueguês tem a ver com a forma como o sistema da exploração dos recursos energéticos está estruturado e o próprio regime instalado. Sendo uma democracia consolidada, em que os recursos energéticos são estatais e os lucros resultantes da sua exploração contribuem para o Estado social (pensões, reformas, educação, saúde), é provável que o ritmo de exploração dos recursos (gás e petróleo) não aumente nas próximas décadas, pois não é do interesse da população norueguesa. Esta irá, certamente, exercer o seu poder, no contexto do regime democrático consolidado instalado, para garantir a sustentabilidade da segurança social, das suas próprias pensões e reformas e dos sistemas educativo e de saúde, no futuro.

Ainda num contexto geográfico de proximidade, mas localizadas na orla da esfera europeia, temos geografias produtoras de gás como a Argélia, na região do Magrebe, o Egito, Israel e Turquia, no Mediterrâneo Oriental, e o Azerbaijão, na bacia do mar Cáspio. No entanto, deverá ser tido em linha de conta que a Argélia poderá ter uma atitude, tal como a Rússia, de *weaponization* e *politization* do gás, não por causa da UE em particular, mas por causa do Ocidente alargado, de um modo geral. No que diz respeito à região oriental mediterrânea, esta é marcada pela instabilidade resultante da indefinição quanto à pertença das jazidas de gás ali existentes, com desavenças entre Israel, os territórios palestinos e o Líbano, sobre as Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) e entre a Turquia e a Grécia, também sobre a ZEE da ilha do Chipre. Algo que dificulta a sua exploração. Finalmente, o corredor de gás meridional que se estende desde a bacia do Cáspio até à Grécia. “A UE e alguns dos seus Estados-membros elegeram a bacia do Cáspio como a principal aposta na diversificação de abastecimento de gás natural, com o objetivo de reduzir a dependência do fornecimento russo” (Rodrigues, 2019, p. 153), no entanto, esta opção passa, obrigatoriamente, por territórios que não pertencem à UE.

Especificando, enquanto que no caso argelino é possível concretizar uma *connectography* direta com Espanha, Portugal e/ou França e no exemplo oriental mediterrâneo com Chipre ou a Grécia, no exemplo azeri a ligação seria concretizada através da Arménia, com a qual o Azerbaijão tem dissidências e esteve em guerra, recentemente; da Geórgia, Estado parcialmente ocupado pela Federação Russa (regiões da Abcásia e da Ossétia do Sul); e da Turquia, que apesar de ser membro candidato à adesão à UE, tem as negociações congeladas e tem optado por uma

aparente atitude de ambiguidade e de *self-interest* no panorama das relações internacionais e geopolítica.

Numa perspetiva geográfica mais alargada, para lá da Europa e dos territórios adjacentes, ressurgem alternativas como o Médio Oriente, nomeadamente o Qatar, e os Estados Unidos da América (EUA), principalmente no que ao GNL e ao gás de xisto diz respeito. De facto, “os Estados europeus pretendem substituir o gás russo com GNL oriundo dos Estados Unidos e do Qatar” (Rato, 2022, p. 3). Mas, embora algumas empresas americanas, fruto do agravamento da situação na Ucrânia, tivessem enviado remessas de GNL para a Europa, os contratos atuais impedem que os EUA substituam o fornecimento russo no curto prazo (Rato, 2022). Relativamente à alternativa do Qatar, e tendo em conta que uma das razões de Bruxelas para o corte do fornecimento de gás russo se prende com a cessação do financiamento da máquina de guerra de Moscovo contra Kiev, resta perguntar que outro tipo de guerras estará a UE a financiar ao optar pelo gás de Doha. Adicionalmente, a opção pelo país do Golfo torna-se arriscada com a perspetiva, não muito distante, de o Irão assegurar armas nucleares e ter mais capacidade de condicionar os fluxos que passam (ou não) pelo estreito de Ormuz.

Assim,

“como não é possível no curto prazo depender apenas de fontes renováveis, acelerar a diversificação através do aumento de importações via gasodutos existentes com a Noruega, a Argélia e o Azerbaijão, assim como aumentar importações de gás natural liquefeito, em particular dos EUA que se (...) [comprometeram] (...) a enviar 15 bcm em 2022, e até 30 bcm nos próximos anos. Parte integrante desta estratégia deverá ser uma plataforma conjunta para negociar compras com países produtores de forma a fazer valer o peso do mercado único europeu” (Sobral, 2022, p. 4).

Em África, podemos encontrar outras fontes alternativas de gás natural, nomeadamente na Nigéria, quer por via marítima, através da costa ocidental africana, quer por terra, mediante a construção do denominado gasoduto transaariano (Nigéria-Níger-Argélia). No entanto, tal infraestrutura, a concretizar-se, localizar-se-ia num dos territórios mais inseguros do continente africano: o Sahel. A região tem sido palco de insurgências terroristas que a têm empurrado para a instabilidade. Além do referido, chegado à Argélia, o fluxo de gás deparar-se-ia com os problemas do caso argelino.

Outro exemplo africano é Moçambique. Mas antes de avançarmos para a sua análise, importa sublinhar um aspeto crucial que envolve a UE e a sua atividade de negócios com os restantes atores, principalmente os do chamado Sul Global, no momento de operacionalizar a exploração dos recursos energéticos e, no fundo, as restantes interações com o exterior.

## A Atitude Europeia de Exportação da Democracia (Democratização)

Em 1991, Huntington abordou a questão da terceira onda de democratização a nível mundial, que começou com a Revolução dos Cravos, no dia 25 de abril de 1974, em Portugal, e se estendeu no tempo até às revoluções coloridas e à Primavera Árabe. Sendo, portanto, a democratização o processo através do qual os Estados, até então considerados pela generalidade da comunidade internacional (CI) como menos democráticos, passariam a ser mais democráticos.

Relacionadas com o processo de democratização estão as denominadas Missões de Observação Eleitoral (MOE) que a UE e outras entidades concretizam a convite dos governos nacionais de democracias menos consolidadas. Poderá ser objeto de interrogação o facto de alguns governos convidarem entidades estrangeiras para observarem os seus processos eleitorais e de democratização. No livro *The Pseudo-Democrat's Dilemma: Why Election Observation Became an International Norm*, Susan Hyde (2011) explica que os líderes pseudodemocráticos convidam as MOE para no final do processo eleitoral conseguirem o respaldo da CI, com base numa avaliação mais ou menos fidedigna desse processo eleitoral, e, desse modo, assegurarem a continuidade das atividades de negócios e de financiamento com as entidades responsáveis pela MOE e o resto da CI. No caso europeu, a UE apenas continuará a concretizar negócios e a financiá-los se as eleições de um determinado Estado forem livres, justas, plurais e decorrerem de acordo com as normas e os princípios democráticos internacionalmente reconhecidos pela CI, na sua generalidade. Do processo faz parte uma atitude paternalista: nós cooperamos com vocês, mas têm de “comportar-se bem”; sendo que “bem” significa “como nós europeus”, o que implica, entre outras coisas, respeitar a Carta das Nações Unidas, os direitos humanos, as minorias, a democracia liberal, a ordem do pós-Guerra Fria, os cidadãos, os trabalhadores e o ambiente.

A noção expressa anteriormente poderá, à partida, revestir-se de lógica, mas na atual conjuntura internacional apresenta um conjunto de debilidades.

Em primeiro lugar, a democracia não se resume aos processos eleitorais, pois os seus resultados podem estar decididos muito antes de terem início, em democracias pouco consolidadas. Se isso acontecer, a MOE pode cometer o erro, ainda que de forma não intencional, de publicar um relatório final que transmita ao mundo uma falsa realidade democrática de um Estado, acabando por respaldar os líderes pseudodemocráticos desse Estado, que, depois, instrumentalizam esse documento para aplicar medidas pouco ou nada democráticas.

Em segundo lugar, as entidades responsáveis pela MOE podem decidir concluir que as eleições foram justas e livres mesmo não tendo sido, pois, caso não o fizessem, as consequências para a estabilidade política, social e económica interna do Estado poderiam ser mais prejudiciais para o país em causa, a sua região e a própria UE.

Isto significa, em última análise, que é melhor manter um Estado pouco democrático dentro da “máquina” económica e política internacional, do que marginalizá-lo por completo apenas por causa de um relatório final de MOE.

Em terceiro lugar, a atual conjuntura internacional já não se compagina com a dos anos 1990 e 2000. Globalização, democratização, mundo unipolar, Sul Global e outros conceitos já não são uma inequívoca prevalência do *modus operandi* da arquitetura global, das relações internacionais e da geopolítica contemporânea. As democracias, mesmo as mais maduras e estáveis, estão em decréscimo e os últimos relatórios do *Freedom House*, da OCDE e de outras organizações comprovam-no.

Os conceitos de Norte e Sul Global resultam da distinção entre países menos e mais afetados pelos problemas económicos, políticos, sociais e ambientais, respetivamente. Trata-se de uma perceção genérica, subjetiva e imprecisa do mundo, pelo que se deve evitar dividir o globo através de qualquer catalogação geográfica. Por exemplo, a nível político, segundo a narrativa criada pelo Ocidente fruto da Guerra na Ucrânia (Manning, 2022), o mundo divide-se entre democracias e autocracias, e os Estados têm de escolher um lado. Mas, em algumas geografias, o fator económico pesa mais do que o ideológico – Coreia do Sul (Kelly, 2022); as autocracias têm mais peso relativo, atualmente, pelo que esta dicotomia será mais custosa (The Economist, 2022). É necessário compreender que os Estados, principalmente as potências regionais democráticas e/ou autocráticas, operam mediante os seus próprios interesses. As autocracias são agora rivais especialmente sérias das democracias quando se trata de investimento e inovação (The Economist, 2022).

Simplificando, democracias e autocracias vão interagir umas com as outras se isso for do interesse nacional: os reinos do Médio Oriente são fontes vitais de petróleo e gás de várias democracias (The Economist, 2022).

Os EUA não convidaram alguns países para a Cúpula das Américas por serem pouco democráticos (Manning, 2022). Posteriormente, Biden foi à monarquia absolutista da Arábia Saudita para tentar aumentar a produção de petróleo e fazer diminuir o preço, mas sem sucesso (Lawson, 2022). Inclusivamente, a Arábia considera vender petróleo à China em *yuan*, em vez de dólares (The Economist, 2022).

Resumindo, não é apenas o Ocidente a operar mediante os seus interesses e a proclamá-los como legítimos, justos, moralmente válidos e benéficos para todos. Outros atores começam a reclamar o mesmo, embora saibam que isso acarreta riscos: “o comércio cria alavancagem e as autocracias ficam felizes em transformá-lo numa arma” (Kelly, 2022; Stoltenberg, 2022 e Trump, 2018a e 2018b).

Concluindo, a Guerra da Ucrânia traz à superfície um mundo onde os Estados calculam os seus interesses com base na economia, geografia, história, cultura e política, não apenas em valores mais ou menos democráticos (Manning, 2022). Assim, identificar forças/fraquezas ao estabelecer cadeias de valor e trocas comerciais com a União Europeia *versus* potências autocráticas centralizadas torna-se difícil.

Finalmente, o redesenho da arquitetura global, fruto do agravamento da guerra na Ucrânia, fez emergir, definitivamente, atores internacionais que não operam do mesmo modo que a UE, ou seja, numa perspetiva de auxílio à resolução dos problemas sociais, económicos, políticos e ambientais e de concretização de negócios e financiamento de projetos, num determinado Estado, mediante o maior ou menor grau de respeito desse Estado pelos princípios democráticos, consentâneos com a perspetiva ocidental de como o mundo deve operar. Atualmente, existe uma multidão de atores que podem solucionar os problemas e concretizar negócios, em várias geografias, com o puro e simples intuito de os solucionar e concretizar, isto é, sem contrapartidas e sem ingerência nas políticas internas do Estado e no modo como ele deve operar ao nível do respeito pelos direitos humanos, minorias, democracia, ambiente, trabalhadores.

### O Caso de Cabo Delgado, Moçambique

“A Europa na minha opinião devia olhar para África. A África tem imenso gás”. Estas foram as palavras do presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwumi Adesina, em maio de 2022, que recordou que em África não faltam fontes de gás para substituir a Rússia e dissipar, por mais países, a dependência energética da UE:

“O Gana tem depósitos, a Costa do Marfim acaba de encontrar gás, o Senegal tem gás, Angola tem gás, Moçambique tem tanto gás que no BAD estamos a trabalhar com parceiros para ajudar a conseguir o projeto de gás liquefeito de 24 mil milhões, que tornará o país o terceiro maior fornecedor de gás liquefeito do mundo”.

Em contrapartida, Adesina concluiu a sua intervenção lembrando que são precisas “infraestruturas de gás, não só para exportar, mas também no continente”, acrescentando: “Vejo como uma prioridade que África se torne um mercado que pode fornecer gás à Europa, mas temos de garantir que temos a infraestrutura”.

O caso de Cabo Delgado como fonte de gás natural para a UE é uma alternativa de ponderação quase obrigatória, mas, embora alguns fatores importantes, como a existência prévia de algumas infraestruturas (TOTAL e ENI), joguem a favor desta alternativa, existem algumas desvantagens a considerar:

- A distância ao mercado consumidor europeu, em comparação com outras fontes de gás em África, como a Argélia, a Nigéria e o Gana. Cabo Delgado é a região mais longínqua das fontes de gás consideradas neste texto. A província setentrional moçambicana de Cabo Delgado está localizada na costa oriental africana, a cerca de 7.000 km do canal do Suez e a 10 dias do porto de Pireu, na Grécia;

- A proximidade a mercados consumidores emergentes como a Índia, por estar localizado de frente para o oceano Índico. A inserção da UE na corrida pelo gás moçambicano, numa conjuntura em que países como a Índia e a China também estão à procura de mais fornecedores, provocará uma concorrência forte, que acabará por fazer aumentar o preço;
- Desde 2017, em Cabo Delgado instalou-se um clima de instabilidade e insegurança, depois de grupos armados de extremistas islâmicos terem perpetrado ataques violentos, inclusive na capital da província, Pemba, o que levou a TOTAL a interromper as suas operações no território. Neste momento, está em curso a Missão de Formação Militar da UE em Moçambique, para formar e apoiar as forças armadas moçambicanas, proteger a população civil e restabelecer a segurança em Cabo Delgado;
- A questão da exportação da democracia e dos processos de democratização dos Estados, que abordámos anteriormente neste texto. É de notar que, de entre todos os países onde a UE realizou MOE, Moçambique foi o país em que realizou mais. No entanto, e apesar de se realizarem eleições autárquicas no final deste ano, a UE não estará presente;
- A falta de uma rede integral de infraestruturas, em Moçambique, e principalmente na UE, no que à receção do GNL diz respeito. Esta é, aliás, uma preocupação transversal a todas as alternativas equacionadas e para a qual a UE acordou tarde, respaldando-se num fluxo de gás que se pensava ser eterno e contribuir para a interdependência e a paz. Ora, isso não aconteceu, pelo que temos às portas da Europa o pior conflito desde a II Guerra Mundial; e foram poucos os Estados-membros minimamente preparados (Portugal e Espanha) para o câmbio urgente para outras fontes de energia.

Apesar das desvantagens apresentadas anteriormente, a escolha de Moçambique como área de estudo para este trabalho tem a ver com a exposição da crónica dependência energética da UE face ao exterior, servindo este trabalho como uma demonstração de que até a alternativa moçambicana é passível de consideração e não pode ser descartada.

No entanto, enquanto procura solucionar a urgência de substituir o mercado russo, a UE pode aproveitar a oportunidade conferida pela atual conjuntura para tomar nas suas mãos o destino da sua segurança energética e assegurar o seu futuro económico, político, geopolítico, diplomático, etc., através da completa independência energética face aos restantes atores globais, num mundo cada vez mais multipolar. Assim, é importante acrescentar ao presente texto uma breve análise que tem a ver com o rompimento com o paradigma do fóssil e que é concretizada de seguida.

## O Rompimento com o Paradigma do Fóssil

No início da análise impera a necessidade de se ter em linha de conta o seguinte: é impossível concretizar a transição energética de toda a economia e sociedade europeia do dia para a noite; há atividades económicas cujo funcionamento depende do consumo de recursos energéticos fósseis. Veja-se, por exemplo, a indústria do armamento, que a UE vai revitalizar com um investimento de 500 milhões de euros. Por outro lado, há realidades sociais que não comportam os meios próprios necessários para acarretar tal transição, pois nem todos os cidadãos terão capacidade monetária para adquirir veículos elétricos, ou vontade para remodelar as suas habitações e substituir o gás, que usam para o aquecimento, pela eletricidade fotovoltaica ou outra energia renovável.

Ainda assim, se tivermos em conta uma perspetiva de longo prazo, na qual a independência e soberania total da UE a nível energético é o objetivo final, pretendendo-se também resolver a crise das alterações climáticas, não existirá outro caminho senão o rompimento definitivo com o paradigma dos combustíveis fósseis e o investimento nas energias renováveis, através da revitalização desta indústria e do controlo de todas as fases do processo, no qual se inclui a produção dos equipamentos (geradores, painéis, eólicas), o desenvolvimento da tecnologia, das infraestruturas, nomeadamente das associadas ao hidrogénio verde e a aposta na energia de fusão nuclear, até esta se tornar comercialmente viável.

No entanto, os sinais dados pela União não vão neste sentido. Veja-se a definição do gás natural e da energia nuclear como energias verdes, e a procura de gás natural em geografias onde, até recentemente, a UE pedia a credores multilaterais (como o Banco Mundial) para não financiarem mais projetos de combustíveis fósseis.

## Conclusões

Terminamos este texto recordando que: “Sem energia não há vida, e sem os fluxos energéticos necessários à sustentabilidade das sociedades, estas definirão e morrerão” (Duarte, 2019, p. 41). Tal como a história recente o demonstra, a luta pelo usufruto dos recursos energéticos tem sido a raiz de muitas tensões e disputas entre os povos. A escassez relativa dos recursos deriva da desigual distribuição territorial, que por sua vez dificulta o acesso de alguns Estados, em benefício de outros, transformando-os em verdadeiros instrumentos geopolíticos e, simultaneamente, vitais para a sobrevivência humana (Sousa, 2019). Como resultado, a “segurança energética é existencial”, ainda mais no contexto de vulnerabilidade face ao exterior da UE. “A UE confronta-se quotidianamente com a necessidade de reduzir as suas fragilidades estruturais no setor da energia” (Rodrigues, 2019, p. 149). Para garantir

a sustentabilidade, o desenvolvimento, a prosperidade e a perdurabilidade, a UE deve assegurar o acesso ao bem vital que é a energia.

Para isso, os Planos de Contingência e de Segurança Energética e os Planos Energéticos de Emergência devem assegurar a reposição imediata de qualquer falha no sistema energético, face a futuras ameaças e riscos, garantindo que as redes de comunicações, as ligações aos vários níveis de responsabilidade e as redes e rotas de transporte energético alternativas à Federação Russa devem ser objeto de medidas de segurança coordenadas (Sousa, 2019).

O gás natural e outros recursos energéticos são vetores estratégicos para os Estados, constituindo fatores ímpares de desenvolvimento. Neste sentido, “assegurar a autonomia energética constitui uma prioridade” (Sousa, 2019, p. 104).

No entanto, o processo de diversificação das fontes de gás natural da UE depara-se com muitos obstáculos (Viana *et al.*, 2014, p. 5 in Rodrigues, 2019, p. 155):

- a redução da produção no Mar do Norte e no Mar da Noruega;
- a dificuldade em aumentar a produção nas bacias energéticas do Norte de África;
- o contexto de instabilidade que reduz a segurança do abastecimento em múltiplas geografias;
- o aumento da competição e pressão sobre as fontes de abastecimento, fruto do aumento das necessidades energéticas das economias emergentes.

Esta concorrência em volta da energia irá potenciar um “recuo da globalização” (Rato, 2022, p. 3) e da democratização: “Para as democracias, o risco da transição energética reside no potencial de mobilização populista que, rapidamente, se transformará numa rejeição global da transição energética se os custos do processo não forem contidos” (Rato, 2022, p. 3). Isto porque a inflação, a agressão da Rússia contra a Ucrânia e as profundas fraturas geopolíticas e geoeconómicas “colocam à prova a capacidade para promover os princípios e os valores da liberdade, da democracia e do Estado de direito, mobilizando para a defesa dos interesses do espaço geopolítico em que nos inserimos” (Rodrigues, 2022, p. 6).

Relativamente ao caso de Cabo Delgado. Porventura será possível apostar na alternativa de três formas, nomeadamente através da:

- rota marítima da costa oriental africana, seguindo pelo oceano Índico, mar Vermelho, canal do Suez e mar Mediterrâneo, até à Grécia;
- rota marítima do Índico e do Atlântico Sul, passando pela África do Sul, Angola, até à Nigéria (Golfo da Guiné, onde Portugal terá, brevemente, um destacamento da Marinha composto por navios e um submarino para combater a pirataria na região). Da Nigéria, o fluxo seguiria pelo gasoduto transaariano até à Argélia e dali até Espanha;

- rota marítima e terrestre do Índico e Atlântico Sul e da costa ocidental africana, que é semelhante à anterior, mas, em vez de seguir pelo gasoduto transaariano, o fluxo de gás seguiria pela costa ocidental africana, passando pelo Gana, Senegal, até Portugal.

A terceira rota, embora mais longa que as restantes, apresenta algumas vantagens. Ao contornar o Cabo da Boa Esperança e seguindo pela costa atlântica de África, esta rota cria um colar que une os países africanos fornecedores de recursos energéticos à UE, evitando, portanto, o *choke point* do canal do Suez, no *Rimland*, e a região instável e insegura do Sahel, terminando numa geografia particular, a Península Ibérica, dotada das infraestruturas necessárias para receber os fornecimentos de GNL.

Concluindo, à primeira vista nenhuma das alternativas abordadas neste texto parece reunir a 100% todas as condições favoráveis para a diversificação das fontes de gás natural da UE. No entanto, a definição de Moçambique (Cabo Delgado) como área de estudo deste trabalho subjaz a constatação do seguinte: mesmo apostando em todas as alternativas possíveis, elas serão insuficientes para a União substituir a Federação Russa, pelo menos na atual conjuntura. A UE deverá, assim, apostar na plena diversificação das fontes de energia, porque quantas mais fontes de energia tiver, mais distribuída e dissipada estará a sua dependência energética. Neste sentido, deve acelerar a criação das infraestruturas necessárias à receção, transporte e distribuição do GNL e do gás natural por todos o Estados-membros; e deve, também, continuar a apostar nas energias renováveis e a investir no hidrogénio verde e no desenvolvimento da energia de fusão nuclear até esta ser comercialmente viável. Desta forma poderá romper com o paradigma de dependência energética de origem fóssil face ao exterior, reindustrializando-se e respondendo, ao mesmo tempo, à crise das alterações climáticas.

## Bibliografia

- Camacho, P. e Fernandes, C., 2019. Um Olhar sobre a Cooperação Energética UE-Rússia: Desafios numa Nova Era Global da Energia. *Nação e Defesa*, n.º 157, pp. 125-146. <http://hdl.handle.net/10400.26/32164>
- Ciuta, F., 2010. Conceptual notes on energy security: total or banal security? *Security Dialogue*, 41(2), pp. 123-144.
- Comissão Europeia, 2019. *Shedding light on energy in the EU: A Guided Tour of Energy Statistics, 2019 Edition*. Eurostat. <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/energy/index.html>
- COMUNICAÇÃO COM (2014) 15 final. *Um quadro político para o clima e a energia no período de 2020 a 2030*. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões.

- Duarte, A., 2019. A Humanidade Demiúrgica sob o Signo do Aniquilamento: uma Reflexão Holística sobre o Conceito de Estratégia de Segurança Energética. *Nação e Defesa*, n.º 157, pp. 9-48. <http://hdl.handle.net/10400.26/32164>
- Dźwigoł, H., et al., 2019. Evaluation of the energy security as a component of national security of the country. *Journal of Security & Sustainability Issues*, 8(3), pp. 307-317.
- FCT, 2014. Projeto de investigação: *A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa – Geo4Ger*. FCT – PTDC/IVC-CPO/1295/2014.
- Fernandes, C., 2019. Segurança Energética: Para Quem, Por Quem e De Que Ameaças? *Nação e Defesa*, n.º 157, pp. 73-100. <http://hdl.handle.net/10400.26/32164>
- Freire, M., 2019. Energia nas Relações UE-Rússia: um Estudo Exploratório de Segurança Ontológica. *Nação e Defesa*, n.º 157, pp. 49-72. <http://hdl.handle.net/10400.26/32164>
- Hamilton, L., 2005. Foreword. Em J. H. Kalicki e D. L. Goldwyn, eds., *Energy and security: Toward a new foreign policy strategy*. Washington: Woodrow Wilson Center Press/Johns Hopkins University Press, pp. xxi-xxiii.
- Hosseini, S., 2022. Transition away from fossil fuels toward renewables: Lessons from Russia-Ukraine crisis. *Future Energy*, 1(1), pp. 2-5.
- Huntington, S., 1991. *The Third Wave: Democratization in The Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press.
- Hyde, S., 2011. *The pseudo-democrat's dilemma: why election observation became an international norm*. Cornell University Press.
- Johnson, D., 2005. EU-Russian Energy Links: A Marriage of Convenience? *Government and Opposition*, 40(2), pp. 256-277.
- Kelly, R., 2022. S Korea's Confused Response on the Ukraine War wasn't just Reflexive Mercantilism, but also the Leverage Autocracies Gain Over Democracies Who Trade with Them Too Much. <https://robertedwinkelly.com/2022/04/22/s-koreas-confused-response-on-the-ukraine-war-wasnt-just-reflexive-mercantilism-but-also-the-leverage-autocracies-gain-over-democracies-who-trade-with-them-too-much/>
- Khanna, P., 2016. *Connectography: Mapping the future of global civilization*. Random House.
- Lawson, A., 2022. Oil price rises after Joe Biden fails to secure Saudi output increase. *The Guardian*, 18 de julho. <https://www.theguardian.com/business/2022/jul/18/oil-price-rises-joe-biden-saudi-output-petrol-diesel-prices>
- Manning, R., 2022. Does Biden's 'democracy v. autocracy' framework make sense? *The Hill*, 13 de junho. Retirado de <https://thehill.com/opinion/national-security/3521187-does-bidens-democracy-v-autocracy-framework-make-sense/>
- Osička, J., e Černoch, F., 2022. European energy politics after Ukraine: The road ahead. *Energy Research & Social Science*, 91, 102757.
- Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1994. *Rapport Mondial sur le Developpement Humain 1994* [em linha]. [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_1994\\_fr\\_complet\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_1994_fr_complet_nostats.pdf)
- Rato, V., 2022. Geopolítica da energia. *IDN Brief*, setembro. <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Paginas/IDN-Brief-setembro-2022-2.aspx>

- Rodrigues, C., 2022. Energia: uma questão de defesa. *IDN Brief*, setembro. <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Paginas/IDN-Brief-setembro-2022-2.aspx>
- Rodrigues, T. e Campos, A., 2017. Segurança energética e um modelo para o futuro da Europa: A questão russa. *IPRI Working Paper Series*, n.º 3, A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa, 25 abril, 19 pp. <http://geo4ger.wixsite.com/projetogeo4ger/working-papers>
- Rodrigues, T. e Fernandes, C., 2019. Introduction. Em Carla Fernandes e Teresa Rodrigues, eds., *The Future of Energy: Prospective Scenarios on EU-Russia Relations*. Nova Iorque: NOVA Publishers, pp. xi-xix.
- Rodrigues, T., 2019. *A Gas Russian Issue?* Segurança Energética e um Modelo para o Futuro da Europa. *Nação e Defesa*, n.º 157, pp. 147-168. <http://hdl.handle.net/10400.26/32164>
- Serra, J., 2021. Segurança e Desenvolvimento: uma Perspetiva da Cooperação no Domínio da Defesa. *Nação e Defesa*, n.º 160, pp. 19-36. <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao>
- Silva, A. C. e Rodrigues, T. F., 2015. A segurança energética e um modelo para o futuro da Europa. *Relações Internacionais*, 46, pp. 11-24.
- Skalamera, M., 2023. The Geopolitics of Energy after the Invasion of Ukraine. *The Washington Quarterly*, 46(1), pp. 7-24.
- Sobral, H., 2022. A segurança Energética no contexto da transição e sustentabilidade. *IDN Brief*, setembro. <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Paginas/IDN-Brief-setembro-2022-2.aspx>
- Sousa, E., 2019. O Gás Natural nos Confrontos da Geopolítica Global. *Nação e Defesa*, n.º 157, pp. 101-123. <http://hdl.handle.net/10400.26/32164>
- Sovacool, B., 2011. Introduction. Defining, measuring and exploring energy security. Em Sovacool, B., ed., *The Routledge Handbook of energy security*. Londres: Routledge.
- Stoltenberg, J., 2022. Economic decoupling: Is globalization dying or transforming? | DW Business Special, (min. 7:20). *DW News*. <https://www.youtube.com/watch?v=a5qt5fFOJl0>
- The Economist, 2022. Globalisation and autocracy are locked together. For how much longer? *The Economist*, 19 de março. <https://www.economist.com/finance-and-economics/2022/03/19/globalisation-and-autocracy-are-locked-together-for-how-much-longer>
- Trump, 2018a. Germany is 'totally controlled' by Russia, Trump says | Squawk Box Europe. *CNBC International TV*. <https://www.youtube.com/watch?v=nu57D9YcIk0>
- Trump, 2018b. President Trump addresses U.N. General Assembly – FULL SPEECH, (min. 20:00-22:35). *C-SPAN*. <https://www.youtube.com/watch?v=KfVdIKaQzW8>
- Viana, V., et al., 2014. Portugal, a Geopolítica da Energia e a Segurança Energética Europeia. *Policy Paper* 5. [http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/ebriefing\\_papers/policypaper5geopoliticada\\_energia\\_seguranca%20energetica\\_da\\_europa.pdf](http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/ebriefing_papers/policypaper5geopoliticada_energia_seguranca%20energetica_da_europa.pdf)
- Žuk, P., e Žuk, P., 2022. National energy security or acceleration of transition? Energy policy after the war in Ukraine. *Joule*, 6(4), pp. 709-712.